

Relatório da Administração

Senhores Acionistas

Submetemos a apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Fábrica da Pedra S/A – Fiação e Tecelagem acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e baseadas no disposto na Lei das Sociedades por Ações. Aproveitamos a oportunidade para registrar agradecimentos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores e demais parceiros que confiaram mais uma vez no nosso trabalho, aos nossos colaboradores em todos os níveis que nos ajudaram a tornar reais todas as conquistas com empenho, dedicação e intensa participação que resultaram nos resultados ora demonstrados.

Delmirio Gouveia-AL, 31 de dezembro de 2008

Carlos Benigno Pereira de Lyra Neto
 Presidente

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2008	2007	Passivo	Nota	2008	2007
Circulante				Circulante			
Disponibilidades	4	972	4.587	Fornecedores		4.038	4.822
Contas a receber de clientes	5	11.826	15.355	Financiamentos e empréstimos	9	11.173	21.748
Estoques	6	14.471	14.595	Salários e férias a pagar		1.236	1.022
Impostos a recuperar	7	2.376	1.873	Impostos e contribuições a recolher		1.077	1.207
Outras contas a receber		983	55	Outras contas a pagar		101	134
		30.628	36.465			17.625	28.933
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Financiamentos e empréstimos	9	18.527	19.784
Depósitos judiciais		22	8.071	Partes relacionadas	10	2.806	832
				Provisão para contingências	11	832	577
				Outras contas a pagar		824	
Investimentos		6	119			22.989	21.193
Imobilizado	8	26.753	27.143	Patrimônio líquido	13		
				Capital social		46.240	46.240
				Reserva de capital		3.019	3.019
				Prejuízos acumulados		(32.464)	(27.587)
						16.795	21.672
		57.409	71.798			57.409	71.798

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2007	46.240	1.476	(35.127)	12.589
Constituição de reservas de incentivos fiscais de imposto de renda		1.543		1.543
Lucro líquido do exercício			7.540	7.540
Saldos em 31 de dezembro de 2007	46.240	3.019	(27.587)	21.672
Constituição de reservas de incentivos fiscais de imposto de renda				
Prejuízo do exercício			(4.877)	(4.877)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	46.240	3.019	(32.464)	16.795

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
 (Em milhares de reais)

1 - Contexto operacional

O objetivo social da Empresa é a fabricação de fios, tecidos e confecções; todo e qualquer beneficiamento de qualquer um dos componentes do algodão, inclusive a obtenção de óleo de seu caroço; acabamento de tecidos e demais produtos têxteis próprios ou de terceiros e comercialização dos produtos por ela fabricados ou de terceiros. Os principais produtos ofertados ao mercado são: fios, tecidos cru e acabado.

2 - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade CFC.

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2008, a Empresa adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07 aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008.

A Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória 449/08 modificam a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Não ocorreram ajustes relativos à adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória 449/08.

3 - Resumo das principais práticas contábeis

3.1 - Adoção inicial da Lei nº 11.638/07

De acordo com a legislação societária modificada pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, as empresas poderiam optar por elaborar balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2008 que é o ponto de partida da contabilidade. As modificações introduzidas pela referida legislação caracterizam-se como mudança de prática contábil, entretanto, conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, todos os ajustes com impacto no resultado podem ser efetuados contra lucros ou prejuízos acumulados na data de transição nos termos do art. 186 da Lei nº 6.404/76, sem efeitos retroativos sobre as demonstrações financeiras.

Na Fábrica da Pedra S/A Fiação e Tecelagem não ocorreram ajustes com impacto no resultado, portanto, não foi efetuado lançamento contra lucros acumulados na data de transição. O único lançamento efetuado foi o resultado não operacional no valor de R\$ 140 (receita) em 2007, reclassificados para outras receitas (despesas) operacionais.

3.2 - Resumo das principais práticas contábeis

Apruração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de vendas de mercadorias é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Empresa use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para devedores duvidosos, estoques, provisão para contingências e passivos relacionados a benefício a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem disponibilidades e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Outros

Outros instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

Moeda estrangeira

A Administração da Empresa definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Resolução CFC No 1.120/08.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Ativos circulantes e não circulantes

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Empresa, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição, menos os impostos recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui as despesas gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.

Investimentos

Os investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Ativo imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 8 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Arrendamento financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente a Empresa os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a nota explicativa nº 8. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Redução ao valor recuperável

Os ativos do imobilizado têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor líquido de realização.

Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou reconhecida como resultado de um evento passado, e é provável que o recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A Empresa goza do incentivo fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda incidente sobre o lucro da exploração resultante das operações com fios de algodão e tecidos até o ano de 2012.

Os valores relativos à isenção do imposto de renda são registrados a débito do resultado do exercício e a crédito de conta específica de reserva de capital, no patrimônio líquido.

A Empresa deverá optar pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme Medida Provisória nº 449/08, exercício de opção este que deverá ser manifestado, de forma irrevogável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009.

Aspectos ambientais

As instalações da Empresa estão sujeitas à regulamentações ambientais. A Empresa diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Empresa acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseadas nas atuais leis e regulamentos em vigor.

4 - Caixas e equivalentes de caixa

	2008	2007
Caixa e bancos	972	1.101
Aplicações financeiras	-	3.486
	972	4.587

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário CDB, remunerados a taxas que variam entre 100 a 105% do Certificado de Depósito Interbancário CDI.

As aplicações financeiras são realizadas com instituições de primeira linha, para minimizar o risco de crédito, política esta adotada pela Empresa no gerenciamento desses ativos financeiros.

5 - Contas a receber de clientes

	2008	2007
Contas a receber de clientes	12.247	16.055
Provisão para devedores duvidosos	(421)	(700)
	11.826	15.355

A exposição máxima ao risco de crédito da Empresa é o valor justo das contas a receber mencionadas acima.

O risco de crédito das contas a receber advém da possibilidade de a Empresa não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Empresa adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento de seu saldo devedor.

6 - Estoques

	2008	2007
Produtos acabados	9.212	9.293
Materiais primas	1.213	2.302
Materiais de embalagem e almoxarifado	2.512	2.886
Materiais em poder de terceiros	1.534	114
	14.471	14.595

7 - Impostos a Recuperar

	2008	2007
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1.055	1.029
ICMS a recuperar	1.069	271
IPI a recuperar	114	549
Outros	138	24
	2.376	1.873

8 - Imobilizado

	Taxa de Depreciação % a.a.				
	2008	2008	2007	2007	
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	
Edificações e benfeitorias	4	9.166	(4.741)	4.425	4.680
Instalações diversas	10	2.139	(1.016)	1.123	1.250
Máquinas e equipamentos industriais	10	47.487	(31.046)	16.441	16.484
Móveis e utensílios	10	1.385	(752)	633	621
Veículos	20	577	(369)	208	237
Equipamentos de computação	20	1.558	(972)	586	654
Outros		190	(73)	117	115
Terrenos		3.008	-	3.008	3.008
Imobilização em andamento		212	-	212	94
		65.722	(38.969)	26.753	27.143

b Movimentação do custo

	2007				2008			
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo	Adições	Baixas	Transferências
Edificações e benfeitorias	9.086	-	-	80	9.166	-	-	-
Instalações diversas	2.086	53	-	-	2.139	-	-	-
Máquinas e equipamentos industriais	47.546	4.429	(4.488)	-	47.487	-	-	-
Móveis e utensílios	1.282	112	(9)	-	1.385	-	-	-
Veículos	714	84	(221)	-	577	-	-	-
Equipamentos de computação	1.460	101	(3)	-	1.558	-	-	-
Outros	176	14	-	-	190	-	-	-
Terrenos	3.008	-	-	-	3.008	-	-	-
Imobilização em andamento	94	198	-	(80)	212	-	-	-
	65.452	4.991	(4.721)	-	65.722	-	-	-

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
 Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
 (Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) líquido por ações do capital final)

	Nota	2008	2007
Receita operacional bruta			
Venda de produtos		71.037	75.702
Deduções			
Impostos sobre as vendas		(10.790)	(11.732)
Devoluções e abatimentos		(1.073)	(499)
		(11.863)	(12.231)
Receita operacional líquida		59.174	63.471
Custo dos produtos vendidos		(49.118)	(43.806)
Lucro bruto		10.056	19.665
Despesas operacionais			
Vendas		(7.211)	(4.356)
Administrativas e gerais		(5.606)	(4.636)
Financeiras líquidas		(1.933)	(123)
Outras despesas operacionais líquidas	14	(183)	(793) (*)
		(14.933)	(9.908)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(4.877)	9.757
Imposto de renda e contribuição social	12	-	(2.217)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(4.877)	7.540
Lucro (prejuízo) líquido por ação do capital final - R\$		(194)	300
Quantidade de ações ao final do exercício		25.112	25.112

(*) Saldos reclassificados para melhor apresentação das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Método Indireto
 Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
 (Em milhares de reais)

	2008	2007
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(4.877)	7.540
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) líquido às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	4.272	3.940
Valor residual na venda de bens	1.222	184
	617	11.664
Variações nos ativos e passivos		
Redução em contas a receber de clientes	3.529	1.317
Redução (aumento) nos estoques	124	(1.846)
(Aumento) nos impostos a recuperar	(503)	(490)
(Aumento) redução em outras contas a receber	(928)	622
Redução (aumento) em depósitos judiciais	8.049	(807)
(Redução) aumento em fornecedores e contas a pagar	(784)	874
Aumento em salários, férias e encargos sociais	214	154



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais)

9 - Financiamentos e empréstimos

	2008	2007
<i>Em moeda estrangeira:</i>		
Financiamento de importação - variação cambial e juros variáveis de 3,15% a 9,00% (idêntico em 2007) ao ano	9.743	8.355
<i>Em moeda nacional:</i>		
Capital de giro - juros de 2,5% ao ano mais TJLP - Taxa de juros de longo prazo	707	4.925
Finame - juros variáveis de 8,3% a 9,5% (idêntico em 2007) ao ano acima da TJLP	362	602
Leasing	4.004	-
BNB - juros de 10 % ao ano (*)	14.884	27.650
	29.700	41.532
Passivo circulante	(11.173)	(21.748)
Passivo não circulante	18.527	19.784

(*) A Empresa estava questionando judicialmente a atualização monetária pela taxa ANBID mais 5% ao ano relativa ao contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil, cujo saldo contábil em 2007 equivale a R\$ 27.650. Conforme decisão judicial em 1º Instância a Empresa passou a efetuar depósitos judiciais mensais, os quais até a referida data base correspondem a R\$ 8.071, classificados no ativo não circulante.

Em 30 de dezembro de 2008 a Empresa e o Banco do Nordeste do Brasil, pactuaram uma confissão de dívida onde foram alterados os encargos financeiros incidentes sobre o contrato de financiamento. O montante de R\$ 16.256, corresponde à confissão de dívida, tendo a Empresa, já amortizado o montante de R\$ 1.626 em 2008. Sobre o valor pactuado incidirá a taxa efetiva de 10% a.a.

Sobre os encargos previstos será aplicado um bônus de adimplência de 25%, desde que as prestações sejam pagas até a data do vencimento. A amortização se dará em 144 prestações mensais e sucessivas de R\$ 102, acrescidos dos encargos financeiros. Os montantes dos financiamentos a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano de vencimento:	2008	2007
2009	-	18.032
2010	3.297	1.115
2011	2.701	510
2012	2.701	127
2013 em diante	9.828	-
	18.527	19.784

10 - Partes relacionadas

O saldo passivo em 31 de dezembro de 2008, refere-se a mútuo com a Usina Caeté S/A, sem incidência de encargos financeiros, não possuindo data prevista para sua liquidação.

11 - Provisão para Contingências

A Empresa mantém provisão para crédito de IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente de aquisição de matéria-prima e materiais de embalagem com base na Lei 9.779 artigo 11 de 19 de janeiro de 1999. A administração, baseada na opinião dos seus advogados, entende que a provisão constituída é suficiente para suportar eventuais perdas nesse processo.

12 - Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2008	2007
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.877)	9.757
Compensação prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	(2.824)
Base de cálculo	(4.877)	6.933
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social		
Pela alíquota fiscal combinada	-	2.332
Adições permanentes		
Despesas não dedutíveis	-	282
Exclusões permanentes		
Receitas isentas de impostos	-	(397)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	-	2.217
Alíquota efetiva	-	23%

13 - Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2008, é de R\$ 46.240 (idêntico valor em 2007), dividido nas seguintes classes de transações:

Tipo de ações	Quantidade de ações
Ações Ordinárias	23.195.159
Ações Preferenciais	
- Classe "A"	99.736
- Classe "B"	9.546
- Classe "C"	16.071
- Classe "D"	48.356
- Classe "E"	1.743.356
Total das ações preferenciais	1.917.065
Total das ações	25.112.224

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam das seguintes vantagens e direitos:

Classe "A"

Prioridade de recebimento de um dividendo fixo e não cumulativo de 6% ao ano, calculado sobre o valor do capital atribuído a estas ações e tem direito de participar dos aumentos de capital decorrentes da capitalização da reserva de lucros.

Classe "B"

Participação dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas e lucros.

Classe "C e D"

Prioridade na distribuição de um dividendo e não cumulativo de 6% ao ano, calculado sobre o valor do capital atribuído a estas ações e prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Empresa.

Classe "E"

Resgatáveis num prazo máximo de até 12 (doze) anos sem redução do capital social, mediante constituição de reservas de resgate formada com base em 15% calculado sobre o lucro anual ajustado e dividendos fixos prioritários não cumulativos de 0,1% do lucro líquido ajustado, respeitada a preferência das demais classes.

B. Reserva de capital

Refere-se ao valor do incentivo fiscal do imposto de renda para as empresas localizadas na região nordeste do País que tiveram reconhecido o direito a isenção do imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração da atividade preponderante da empresa, conforme mencionado na nota explicativa 3g.

c. Dividendos

O estatuto social prevê a seguinte destinação para os lucros auferidos em cada exercício, após aprovação por Assembleia Geral Ordinária:

• No mínimo 25%, ajustado na forma da Lei 6.404/76, para distribuição de dividendos aos acionistas.

• Importâncias necessárias, quando for o caso, para a formação de reserva e/ou retenções nos termos dos artigos 195º a 197 da Lei 6.404/76.

14 - Financeiras líquidas

	2008	2007
Despesas financeiras		
Juros s/ empréstimos, financiamentos e impostos	(1.385)	(1.504)
Instrumentos financeiros derivativos	(513)	(12)
Variáveis monetárias e cambiais passivas	(53)	(-)
Descontos concedidos	(279)	(34)
	(2.230)	(1.550)
Receitas financeiras		
Juros s/ aplicações	235	377
Variável cambial ativa	-	1.033
Instrumentos financeiros derivativos	43	-
Descontos obtidos	19	17
	297	1.427
	(1.933)	(123)

15 - Créditos tributários a compensar

Em 31 de dezembro de 2008, a Empresa possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores-base:

	RS
a. Prejuízos fiscais do imposto de renda	23.250
b. Base negativa de contribuição social	21.996

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, gerados a partir do exercício de 1995, sem prazo de prescrição.

16 - Instrumentos financeiros

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

17 - Cobertura de seguros

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Fábrica da Pedra S.A. Fiação e Tecelagem
Delmiro Gouvêa - AL

1. Examinamos o balanço patrimonial da Fábrica da Pedra S.A. Fiação e Tecelagem, levantado em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Empresa, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fábrica da Pedra S.A. Fiação e Tecelagem em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e os fluxos de caixas, correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras da Fábrica da Pedra S.A. Fiação e Tecelagem referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, e sobre as quais emitimos um parecer datado de 16 de maio de 2008, contendo ressalva sobre o não reconhecimento dos encargos financeiros conforme estipulado em contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil por estar discutindo judicialmente, porém, sem decisão judicial favorável e ênfase quanto a continuidade normal dos negócios.

5. A demonstração do fluxo de caixa correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, preparada em conexão com as demonstrações financeiras do exercício de 2008, foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2, e, em nossa opinião, essa demonstração está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 5, tomadas em conjunto.

18 de setembro de 2009

KPMG Auditores Independentes.
CRC 2SP014428/0-6-F-AL

Cláudio José Biason
Contador CRC ISP144806/O-7-AL



DIRETORIA EXECUTIVA

Carlos Benigno Pereira de Lyra Neto - Diretor Presidente
CPF(MF) 003.328.604-34

Robert Carlos Lyra - Diretor Superintendente
CPF(MF) 133.813.344-68

Fernando Lopes de Farias - Diretor Gerente
CPF(MF) 068.244.044-20

Joaquim Eduardo Lyra de Castro - Diretor Executivo
CPF (MF) 027.761.384-15

MOACIR DA ROCHA BASTOS
Sup. Controladoria
CPF 027.750.934-34 - CRC. 1997 - AL

DURVAL VIEIRA ALVES
Gerente Contábil
CPF 241.158.864-04 - CRC. 3947 - AL